

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) – Comunicação de**

Líder: Boa tarde, Presidente Mônica, vereadoras e vereadores, público que assiste a TVCâmara, estou usando a tribuna preocupado com uma tentativa de o Governo Municipal impedir a livre atuação de fiscalização do Simers. O sindicato dos médicos tem desempenhado, ao longo deste ano, um trabalho de fiscalização da situação da saúde de Porto Alegre, com visitas sistemáticas aos postos de saúde, vem fazendo um trabalho importante de averiguação das condições de

funcionamento do nosso Hospital de Pronto Socorro. Esse trabalho é muito útil, é um trabalho que faz sentido para o conjunto da população. Na medida em que temos um sindicato forte que faz a fiscalização das condições da saúde, nós temos condições, sim, de ter uma capacidade de informação e de controle público sobre a situação da saúde, e, portanto, garantir e cobrar um serviço mais adequado. Isso não tem ocorrido por parte da Prefeitura, a Prefeitura não tem garantido uma política de investimento na saúde de Porto Alegre. O Simers tem feito um trabalho de fiscalização, e infelizmente o que nós vimos é que a Prefeitura, através de uma instrução normativa, busca agora impedir essa fiscalização. Essa instrução normativa, evidentemente, foi feita para impedir o processo de fiscalização, eu não tenho a menor dúvida. Nós sabemos que, no semestre que passou, a justiça, inclusive, deu um ganho liminar para impedir a terceirização do posto de saúde da Bom Jesus e da Lomba, que teria a gestão entregue para essa associação médica vinculada a uma empresa de São Paulo, que tem apontamentos tanto no Tribunal de Contas de Estado de São Paulo, quanto uma CPI que mostra uma série de fraudes dessa empresa que ia gerenciar se não fosse barrado pela Justiça esse processo de licitação e já gerenciar tanto a Lomba quanto a Bom Jesus. E nós sabemos também que há um projeto do governo Marchezan de entregar a gestão do HPS para a iniciativa privada. O Simers contrário a esse tipo de projeto vem cumprir esse papel de fiscalização. E a instrução normativa da Prefeitura faz uma série de restrições, estabelece uma série de restrições, exigindo que haja a identificação de quem vai fiscalizar, exigindo que todas as ações do Sindicato sejam informadas previamente. Ocorre o seguinte, não é simplesmente uma ação para ordenar uma ação nos postos de saúde, é uma ação para impedir a fiscalização. O Simers tem, inclusive, as estatísticas do número de vezes que o Simers pediu para a Prefeitura a autorização, e a Prefeitura, simplesmente, não

respondeu às suas demandas. Então é evidente que há uma tentativa de cercear um trabalho. Nós vamos tomar providências, vamos junto ao Ministério Público Estadual, porque não é possível que uma entidade que esteja cumprindo um papel, não só de defesa da sua categoria, mas também prestando um serviço público, porque a fiscalização da situação da Saúde no Município de Porto Alegre tem utilidade pública, que o governo faça uma normativa que tenha como objetivo dificultar esse trabalho. Eu não vou fazer a leitura dessa instrução normativa, infelizmente, ela já está em vigor. E o Sindicato dos médicos pode contar conosco para que nós façamos esse movimento democrático que busca, na verdade, impedir que a transparência seja a marca da cidade de Porto Alegre. O Prefeito Marchezan se elegeu dizendo que seria o governo que queria garantir transparência na administração pública, mas o que nós temos visto é um governo que trata de produzir, sim, medidas autoritárias e impedir que haja o controle público sobre os serviços que a Prefeitura presta. Por isso que nós vamos atuar junto com o Simers e junto com os órgãos públicos para que essa instrução normativa seja rejeitada. Obrigada.

(Texto sem revisão final.)